

activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 de Junho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Júlia Paula Pires Pereira da Costa*.
1000303429

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PÊRA

Aviso

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho datado de 5 de Julho de 2006, foi nomeado Frederico José dos Santos Teixeira Correia, para o lugar de técnico profissional de 2.ª classe — topógrafo, na sequência de concurso externo de ingresso, aberto por aviso datado de 26 de Setembro de 2005, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 207, de 27 de Outubro de 2005.

Mais se torna público que o candidato deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias, contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando José Pires Lopes*.
1000303416

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso

Discussão pública

Fernando João Couto Cepa, presidente da Câmara Municipal de Esposende, torna público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra em discussão pública a alteração ao licenciamento de operação urbanística de loteamento aprovado pelo alvará de loteamento n.º 10/99 — processo n.º 1081/85, alteração esta requerida por Armindo Casais da Silva Vendeiro e Manuel António Casais Vendeiro, L.º, com residência na Rua da Senhora da Boa Viagem, freguesia de Apúlia e concelho de Esposende, e que incide sobre o prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Esposende sob o n.º 0053/210885 da freguesia de Apúlia.

Mais torna público que a discussão pública se fará por um período de 15 dias, contados após passarem outros 15 dias sobre a data da publicação deste aviso no *Diário da República*, sendo certo que o processo se encontra patente, para consulta, na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Esposende, sita no edifício dos Paços do Concelho, Praça do Município, em Esposende.

As reclamações, sugestões ou meras observações deverão ser entregues, por escrito, no local acima referido, durante o prazo de discussão pública.

4 de Julho de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*).
3000210690

Aviso

Nomeação de pessoal

Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho 3/JUL/2006, de 5 de Julho, e na sequência de concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior assessor, da carreira técnica superior de Administração Pública, grupo de pessoal técnico superior, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 98, de 22 de Maio de 2006, foi nomeada a única candidata aprovada, Carla Manuela Brito da Silva Dias.

A nomeada deverá tomar posse no prazo de 20 dias, contados da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

[Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

6 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Jorge Alves Cardoso*.
1000303405

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

Aviso

Renovação de contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Torna-se público que, por despacho do vereador da Câmara Municipal da Guarda datado de 23 de Junho de 2006, no uso de delegação de competências e nos termos do n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, em conjugação com o n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, por mais um ano, com as seguintes trabalhadoras:

Isilda Maria Pinheiro Malés, na categoria de auxiliar de serviços gerais, com efeitos a partir de 2 de Julho de 2006.

Maria de Lurdes Pereira Bernardo Rodrigues, na categoria de auxiliar de serviços gerais, com efeitos a partir de 2 de Julho de 2006.

(Processos isentos da fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Junho de 2006. — O Vereador, *Vitor Manuel Fazenda dos Santos*.
3000210749

Aviso

Despacho de nomeação

Joaquim Carlos Dias Valente, presidente da Câmara Municipal da Guarda, decorridos os trâmites do procedimento concursal para provimento de um cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de Divisão da Cultura) devidamente publicitado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 65, de 31 de Março de 2006, e no *Jornal de Notícias* do dia 31 de Março de 2006 e ainda publicado na Bolsa de Emprego Público — após análise das duas candidaturas apresentadas, e na sequência da proposta de nomeação do júri, de 20 de Junho de 2006, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e pelo n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção fornecida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em conjugação com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção fornecida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, a licenciada Alexandra Isabel Santos Correia Isidro, técnica superior principal de relações internacionais, no cargo de chefe de Divisão da Cultura.

A candidata ora nomeada, Alexandra Isabel Santos Correia Isidro, possui experiência profissional específica no desempenho e execução de funções técnicas e conexas com o conteúdo funcional do lugar a prover, possui experiência profissional na área da cooperação transfronteiriça ibérica e em cargo de direcção, exercido em regime de substituição, revela competência técnica para o exercício do cargo e conhecimento das competências, área de actuação e funções respectivas, é detentora de formação específica para o exercício de cargos dirigentes e de formação profissional complementar relevante para o lugar, revelou possuir capacidade e aptidão técnica para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, capacidade de liderança, espírito de iniciativa e capacidade de planeamento e organização, pelo que possui o currículo e o perfil adequados ao desempenho do cargo em referência.

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Dezembro, o provimento da licenciada Alexandra Isabel Santos Correia Isidro no cargo de chefe de Divisão da Cultura é feito por urgente conveniência de serviço e produz efeitos à data do presente despacho que, nos termos do n.º 10 daquele preceito legal, deverá ser publicado no *Diário da República*, juntamente com a nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Dados pessoais:

Nome — Alexandra Isabel Santos Correia Isidro.
Data de nascimento — 2 de Março de 1972.

Habilitação académica:

Licenciatura em Relações Internacionais — especialização em Relações Políticas e Culturais, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa — em 14 de Outubro de 1994.

Experiência profissional:

Em 7 de Março de 1995 ingressou na Administração Pública de Macau (Direcção de Serviços de Turismo) na categoria de técnica superior de 2.ª classe na área de relações internacionais.

Em 7 de Março de 1998 foi nomeada na categoria de técnica superior de 1.ª classe na área de relações internacionais, nos mesmos serviços.

Foi requisitada em 25 de Janeiro de 1999 para exercer funções no Gabinete de Coordenação da Cerimónia de Transferência até 31 de Março de 2000.

Em 1 de Outubro de 1999 ingressou na Administração Pública Portuguesa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-F/98, 13 de Abril, ficando, no entanto, a exercer funções, em regime de licença especial, na Administração Pública de Macau, até 19 de Dezembro de 1999, e posteriormente na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, até 30 de Abril de 2000.

Em 1 de Maio de 2000 é afectada à Direcção-Geral da Administração Pública na categoria de técnica superior de 2.ª classe/relações internacionais.

Em 25 de Janeiro de 2001 ingressou no quadro da Câmara Municipal da Guarda, na categoria técnica superior de 2.ª classe/relações internacionais, na sequência do Despacho Conjunto n.º 156/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 15 de Fevereiro de 2001, tomando posse no dia 16 de Fevereiro de 2001.

Em 14 de Agosto de 2002 é nomeada na categoria de técnica superior de 1.ª classe/relações internacionais.

Em 9 de Novembro de 2005 foi nomeada como coordenadora do Centro Estudos Ibéricos (CEI).

Em 21 de Dezembro de 2005 foi nomeada no cargo de chefe de Divisão da Cultura, em regime de substituição, na Câmara Municipal da Guarda.

Formação:**Formação específica:**

Possui a formação específica prevista no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, mais concretamente o CEFADAL, ministrado pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), e regulamentado na Portaria n.º 117/06, de 9 de Fevereiro.

Formação profissional:

Curso «Património e Cultura», organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos, pela Universidade de Coimbra, pela Universidade de Salamanca e pelo Instituto Politécnico da Guarda, com duração de trinta horas; curso «Conservação e Ordenamento das Paisagens da Montanha Ibérica — A Serra da Estrela em tempo de mudança», organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos, pela Universidade de Coimbra, pela Universidade de Salamanca e pelo Instituto Politécnico da Guarda, com duração de trinta horas; II Encontro de Bibliotecários da Região Centro e de Castilha y León, organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos, que teve lugar no dia 11 de Abril de 2003 na Mediateca VIII Centenário, Guarda; Conferência «O espaço de liberdade, segurança e justiça na União Europeia», integrada no 1.º Ciclo de Conferências «O Direito e a Cooperação Ibérica», organização conjunta do Centro de Estudos Ibéricos, do Colégio de Advogados de Salamanca e do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, que teve lugar no dia 22 de Março, na Guarda; Conferência «Responsabilidade Civil», integrada no 1.º Ciclo de Conferências «O Direito e a Cooperação Ibérica», organização conjunta do Centro de Estudos Ibéricos, do Colégio de Advogados de Salamanca e do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, que teve lugar no dia 12 de Abril, na Guarda; Conferência «Cooperação Judicial», integrada no 1.º Ciclo de Conferências «O Direito e a Cooperação Ibérica», organização conjunta do Centro de Estudos Ibéricos, do Colégio de Advogados de Salamanca e do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, que teve lugar no dia 10 de Maio, na Guarda; Conferência «Direito do Traba-

lho e Segurança Social», integrada no 1.º Ciclo de Conferências «O Direito e a Cooperação Ibérica», organização conjunta do Centro de Estudos Ibéricos, do Colégio de Advogados de Salamanca e do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, que teve lugar no dia 14 de Junho, na Guarda; Conferência «Direito das Empresas», integrada no 1.º Ciclo de Conferências «O Direito e a Cooperação Ibérica», organização conjunta do Centro de Estudos Ibéricos, do Colégio de Advogados de Salamanca e do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, que teve lugar no dia 11 de Outubro, na Guarda; Encontro Transfronteiriço sobre Turismo Sustentado e Desenvolvimento Local, promovido pelo Centro de Estudos Ibéricos pelo Ayuntamiento de Huerta (Salamanca), que teve lugar no dia 24 de Outubro, em Videmonte (Guarda); Conferência «Direito dos Contratos», integrada no 1.º Ciclo de Conferências «O Direito e a Cooperação Ibérica», organização conjunta do Centro de Estudos Ibéricos, do Colégio de Advogados de Salamanca e do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, que teve lugar no dia 11 de Outubro, na Guarda.

28 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.
3000210752

Aviso**Nomeação definitiva**

Joaquim Carlos Dias Valente, presidente da Câmara Municipal da Guarda, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna público que, por despacho do signatário, de 5 de Julho de 2006, foi nomeado para o lugar de técnico generalista de 2.ª classe, na área de conservação e restauro, o contratado em regime de contrato administrativo de provimento — Hugo Miguel Morgado Faustino, por ter obtido aprovação no estágio.

O contrato administrativo de provimento foi celebrado na sequência da aprovação no concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de estagiário, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 7, de 11 de Janeiro de 2005, e teve início a 20 de Junho de 2005.

Nos termos da alínea *f*) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, conjugado com o n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a presente nomeação é definitiva.

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 20 dias, contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

[Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterada pela Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro.]

6 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.
3000210750

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES**Aviso****Programa do concurso**

1 — Concurso para a atribuição de três licenças de transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros — transportes em táxi, para os lugares vagos nas freguesias de Arosa, Leitões e São Paio de Figueiredo, em regime de estacionamento fixo.

2 — O concurso é presidido pelo presidente da Câmara Municipal de Guimarães.

3 — As candidaturas devem ser dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Guimarães, em carta registada com aviso de recepção, para a seguinte morada: Largo do Cônego José Maria Gomes, 4810-242 Guimarães, ou entregues pessoalmente no Departamento Serviços Urbanos e Ambiente, entre as 9 horas e as 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

4 — A data limite da apresentação de candidaturas é de 30 dias, contados a partir do dia seguinte da publicação do anúncio na 3.ª série do *Diário da República*, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.